



MULHERES, SOBRECARGA DE TRABALHO EM CASA E A ESPACIALIDADE COTIDIANA NA PANDEMIA

Stefania Luiza Marques Tieppo¹
Anita Loureiro de Oliveira²

RESUMO

A pandemia causada pela Covid-19 exigiu mudanças de hábitos sociais a fim de diminuir o nível de contágio pelo vírus. Considerando a necessidade de permanecer no espaço doméstico nas fases em que o isolamento social, medida de proteção sanitária, podemos dizer que houve uma reconfiguração espacial que transformou o cotidiano dos espaços domésticos. Se faz necessário pensar no agravamento da crise societária (RIBEIRO, 2012) que gera reflexão sobre o espaço doméstico e a sobrecarga de trabalho acumulado pelas mulheres, sobretudo as negras. A neurose da cultura racista e sexista (GONZALEZ, 1984) exige ainda mais das mulheres negras, atribuindo a elas o papel do cuidado da casa e da(s) família(s), com base em práticas opressoras que ficaram ainda mais latentes, na pandemia. O objetivo principal desse artigo é refletir sobre a espacialidade doméstica e sua relevância na análise geográfica para, então, evidenciar as consequências para a vida das mulheres negras, principalmente, enfocando o trabalho doméstico invisibilizado e não remunerado. Nesse contexto, destacamos ainda o aumento da violência patriarcal no espaço doméstico que, em função da Pandemia, evidencia o agravamento das espacialidades do cotidiano enquanto potencialmente conflitivas. Com isso, surge um interesse em analisar o espaço doméstico e as relações que nele incidem por meio de um fazer geográfico corporificado que considera a espacialidade aberta e relacional do lar (OLIVEIRA, 2020) como um assunto geográfico, por trata-se de uma forma de produzir conhecimento que visibiliza o trabalho de cuidado imerso em relações assimétricas de poder.

Palavras-chave: Espaço doméstico, Espacialidade do lar, Pandemia, Mulher, Trabalho invisibilizado.

RESUMEN

La pandemia causada por Covid-19 requirió cambios en los hábitos sociales para reducir el nivel de contagio del virus. Considerando la necesidad de permanecer en el espacio doméstico en las fases en las que el aislamiento social, podemos decir que hubo una reconfiguración espacial que transformó la vida cotidiana de los espacios domésticos. Es necesario pensar en el agravamiento de la crisis social (RIBEIRO, 2012) que genera una reflexión sobre el espacio doméstico y la sobrecarga de trabajo acumulada por las mujeres, especialmente las negras. La neurosis de la cultura racista y sexista (GONZALEZ, 1984) exige aún más de las mujeres negras, atribuyéndoles el rol de cuidar el hogar y la (s) familia (s), basado en prácticas opresivas que permanecen latentes, en la pandemia. El objetivo principal de este artículo es reflexionar sobre la espacialidad doméstica y su relevancia en el análisis geográfico para, luego, resaltar las consecuencias para la vida de las mujeres negras, principalmente, enfocándose en el trabajo doméstico invisible y no remunerado. En este contexto, también destacamos el aumento de la violencia patriarcal en el

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFFRJ, stefanatieppo@gmail.com

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFFRJ anitaloureiro@yahoo.com.br



espacio doméstico que, debido a la Pandemia, resalta el agravamiento de las espacialidades cotidianas como potencialmente conflictivas. Con ello, se interesa analizar el espacio doméstico y las relaciones que lo afectan a través de un hacer geográfico encarnado que considere la espacialidad abierta y relacional del hogar (OLIVEIRA, 2020) como una cuestión geográfica, porque es una forma de Producir conocimientos que visibilicen el trabajo de cuidado inmerso en relaciones de poder asimétricas.

Palabras clave: Espaço doméstico, Espacialidade del hogar, Pandemia, Mujeres, Trabajo invisible.

INTRODUÇÃO

Os Coronavírus (CoV) formam uma família de vírus responsáveis por doenças das mais comuns às mais graves. O novo coronavírus (também conhecido como Covid-19) é uma cepa infecciosa causada pelo SARS-CoV-2, que surgiu em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, na China e se distribuiu globalmente. A Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou em março de 2020 o surto internacional da Covid-19, configurando uma pandemia³. Desde então, o Brasil vive uma crise sanitária marcada por uma gestão política conturbada, e uma realidade de medo e instabilidade diante de tantos óbitos e sequelas evitáveis. O cenário caótico de mortes e casos de Covid-19 que poderiam ser evitáveis, fizeram com que esse panorama exigisse da população, logo no início da pandemia, uma readaptação social, principalmente por conta do isolamento social, considerado uma importante medida para conter a propagação do vírus.

A sociabilidade entre os indivíduos foi afetada, as escolas foram fechadas e muitos trabalhos passaram a ser executado remotamente (*home office*). A ordem era para que ficássemos em casa. As pessoas que puderam fazer esse isolamento passaram a estar mais tempo em suas próprias casas, o que alterou a dinâmica cotidiana no interior dos lares, e logo, a espacialidade doméstica passou a ser um tema de maior interesse, sobretudo quando pensamos sobre a vida das nas mulheres e das mulheres negras em especial.

Se já vivíamos uma crise societária (RIBEIRO, 2012, p. 86), a pandemia agravou a situação da parcela da população que teve que adotar novas posturas sociais, admitindo formas eficazes no combate e minimização dos impactos causados pelo novo coronavírus. A sociabilidade foi substancialmente afetada pelas novas medidas de saúde e segurança.

³ Informações da Organização Pan-Americana da Saúde de 2020. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/51996/OPASBRACOV1920040_por.pdf?sequence=1&isAllowed=y#:~:text=Essas%20considera%C3%A7%C3%B5es%20de%20sa%C3%BAde%20mental,o%20surto%20de%20COVID%2D19



As escolas foram as primeiras a fechar e permaneceram fechadas por um período considerável, além do fato das crianças ainda não terem sido vacinadas estar provocando a alternância de grupos e a intermitência turmas em diferentes escolas. Nesses quase 20 meses sem escola, a vida das famílias foi fortemente afetada e a perda das redes de apoio, somada à redução dos espaços de convivência afetaram os comportamentos sociais de crianças e adolescentes e intensificaram o convívio das famílias. O espaço doméstico, que é marcado por relações sociais desiguais, revelou situações em que a convivência no lar foi ainda mais dramática para as mulheres negras, historicamente responsabilizadas pelo trabalho doméstico, seja ele o trabalho remunerado ou aquele realizado pelas “donas de casa”. A expressão “do lar” revela uma visão limitada desta espacialidade, que foi atribuída às mulheres, sobretudo negras e pobres e que as responsabilizou pelo trabalho do cuidado de si, da sua própria família e, no caso do Brasil, daqueles para quem elas trabalham, também, cuidando.

Hoje, por conta da Covid-19 e de uma constante instabilidade política, que trata com negligência a maior e mais severa pandemia vivida no país, vivemos em uma crise societária (RIBEIRO, 2012 apud OLIVEIRA, 2019), que possui alguns contribuintes que podem ser entendidos através dos dados enumeradas abaixo:

1. No Brasil, desde janeiro de 2020 até novembro de 2021, já passamos dos mais de 21 milhões de casos e 600 mil mortes por Covid-19. Apesar das mais de 280 milhões de doses de vacina já terem sido administradas, tem-se uma média de 123 milhões de pessoas totalmente vacinadas, ou seja, apenas, pouco mais de 58% da população já está completamente imunizada. A população absoluta brasileira hoje, passa dos 215 milhões de pessoas, isso quer dizer que ainda faltam mais de 92 milhões de pessoas estarem totalmente vacinadas, para que 100% da população esteja completamente imunizada. A pandemia começou no início de 2020. Estamos no final de 2022. Não é à toa o número alarmante de mortes e casos por Covid-19;⁴
2. Outro dado que contribui para essa crise é o desemprego que, segundo a PNAD (2021), na tríade de janeiro-fevereiro-março de 2020 era de 12,2% e após 1 ano

⁴ A fim de fornecer exatidão aos números sobre a Covid-19, foram obtidas informações na plataforma de pesquisa da *Johns Hopkins University*, disponível em: <https://coronavirus.jhu.edu/region/brazil>. Sobre o total absoluto populacional, foram obtidas informações na plataforma *contrymeters.info*, disponível em: <https://countrymeters.info/pt/Brazil>. Estes dados foram atualizados no dia 09/11/2021.



- de pandemia no país esse número subiu para 14,7%, ou seja, a taxa de desemprego subiu 2,5% em menos de 1 ano;⁵
3. A Pnad Contínua, divulgada em 28 de janeiro de 2021, mostra que 1,5 milhão de postos de trabalho doméstico foram perdidos de setembro a novembro de 2020. Entre as dez atividades econômicas avaliadas, o trabalho doméstico foi a segunda com maior perda (-24,2%) na comparação com o mesmo período de 2019, atrás apenas do setor de alojamento e alimentação (-26,7%). Vale ressaltar, no entanto, que, em números absolutos, as perdas são iguais: 1,5 milhão de postos de trabalho, dado que revela como o trabalho doméstico realizado por mulheres foi impactado na pandemia⁶.
 4. A violência contra as mulheres é outro dado relevante para a análise, e teve aumento no período mais rígido do isolamento social. O feminicídio, por exemplo, cresceu em 12 estados brasileiros, tais como o Acre, com 300%, Maranhão com 166,7% e Mato Grosso com 150%. Fora os casos de subnotificação que não entram nessa contagem, pois muitas mulheres neste período, tiveram ainda mais entraves para formalizar a queixa contra seus agressores.⁷

De acordo com o Dossiê Mulher (2020), a violência contra a mulher, intitulada como violência de gênero, não é explicada por apenas um fato, ela resulta de uma cadeia de interações e fatores individuais, tais como de relacionamento, sociais, culturais e ambientais. Nesse intuito, o interesse teórico do artigo percorre um caminho de análise do cotidiano doméstico na pandemia, buscando compreender as consequências do modo como este evento mundial vem sendo vivido no Brasil especialmente por mulheres negras e pobres. Isso significa que direcionar o campo de análise geográfica para a experiência cotidiana no lar, nos exige uma análise sobre o caráter aberto e relacional desta espacialidade (OLIVEIRA, 2020) e uma leitura corporificada e interseccional.

Somada à pandemia, enxerga-se uma crise societária (RIBEIRO, 2012, p. 86) que evidencia uma crise dos valores sociais e das referências existenciais, que “sinaliza o esgotamento da modernidade e dos projetos civilizatórios” (RIBEIRO, 2012, p. 67). A crise societária, nessa visão, é a crise das totalidades sociais. que também gera

⁵ Dados do PNAD (2021). Disponível em:

https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Mensal/Quadro_Sintetico/2021/pnadc_202103_quadroSintetico.pdf

⁶

⁷ Informações da Agência Brasil, disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-06/casos-de-feminicidio-crescem-22-em-12-estados-durante-pandemia>



modificações no espaço. Então, trata-se de valorizar uma leitura corporificada, aberta e relacional do cotidiano no espaço da casa nesse período de pandemia, observando, sobretudo, a vivência das mulheres, de suas famílias e o impacto das desiguais relações que perfazem o trabalho doméstico. Desse modo, a pesquisa enfatiza o entendimento desse espaço doméstico como *locus* da reprodução do trabalho invisibilizado e não remunerado e os impactos cotidianos na vida de mulheres frente a essa dinâmica social agravada pela má gestão do governo brasileiro na pandemia, que nos levou a ampliar o tempo de isolamento social pelo segundo ano seguido, sem previsão de um retorno à total ‘normalidade’.

Pensando no objeto de estudo da geografia, segundo Massey (2004, p. 8), o espaço é “um produto de interrelações” que possibilita a “existência da multiplicidade”, além de ser um “produto de relações-entre-relações”, o que significa dizer que o espaço possui ligação direta com o tempo, igualmente aberto, e sempre está em processo, nunca se finaliza. Desde março de 2020, conhecemos uma nova realidade do espaço doméstico e da forma como compreendemos o tempo que permanecemos nele. A espacialidade cotidiana foi reconfigurada por conta das medidas restritivas que pressionaram as pessoas a permanecerem em suas casas, alterando a dinâmica das famílias e a própria divisão sexual do trabalho.

A análise geográfica do espaço doméstico cotidiano tornou-se mais complexa nessas condições. Considerando as camadas médias da sociedade que puderam ficar em casa, muitas atividades começaram a ser executadas dentro do espaço da casa: trabalho, estudos pelo computador, compras de supermercado por aplicativo de celular, entre outras. Para uma parcela da população, parte das atividades passaram a depender exaustivamente das telas e do privilégio de classe que permitiu o isolamento social, ainda que o sentido aberto e relacional do espaço nos leve a considerar o que significam as aberturas e relações que o ensejam. Oliveira (2020) ressalta o “aprisionamento às telas”, evidente em muitas de nossas práticas cotidianas, interfere inclusive nos mecanismos de sociabilidade e nos vínculos sociais. As telas tornaram-se espaços de encontros de trabalho, comemorações e até as crianças pequenas foram estimuladas a tornar cotidianas as relações afetivas mediadas por telas. Citando Massey (2008, p.253), Oliveira destaca essa sobreposição de lugares acabam por evidenciar o caráter aberto e relacional do lar:

os lares de cientistas pesquisadores aparentemente abertos e relativamente porosos, continham no seu interior “lugares-dentro-de-lugares”: “Era o escritório do papai, não se podia entrar lá” (MASSEY, 2008, p.253) [...] “cada



um desses espaços é relacional (idem: p.253). Cada um é construído pela articulação de trajetórias” e “cada tempo-espaço, também, está continuamente mudando em sua construção, sendo renegociado” [...] Nessa ambiência criada pelo isolamento social, o lar é também “lugar-dentro-de-outro-lugar” de onde as novas formas e funções de trabalho remoto vão ter que “dividir espaço e tempo” com o cuidado e as tarefas domésticas (ampliadas pelo tempo de permanência da família em casa e que agora se somam às novas exigências de higienização e prevenção à contaminação por Covid-19). (OLIVEIRA, 2020, p. 159-161)

Entretanto essa não é a realidade da maior parte das mulheres negras e pobres que tiveram que resolver a vida mesmo com as crianças sem escola e com a crise econômica reduzindo oportunidades de trabalho remunerado. Para além do marcador de classe que cria um grande abismo dentro da sociedade, frisando inclusive, os que podem ou não se proteger contra a Covid-19, ainda contamos com outros marcadores, como a violência contra as mulheres e a reprodução massiva do trabalho doméstico não remunerado (FEDERICI, 2019), que é mais uma das inúmeras consequências e agravantes do isolamento social nesses espaços domésticos. As medidas restritivas foram pensadas para frear o contágio do vírus, mas as consequências dessas medidas vão além do contágio e são alarmantes, sobretudo quando pensamos na população negra, historicamente subalternizada dentro de uma sociedade desigual. A pandemia deixou mais evidente esses marcadores sociais, principalmente os de raça, classe e gênero.

E é através desses marcadores que pensamos na reconfiguração espacial do lar. O espaço é mutável e está em constante modificação, ele muda de acordo com os atores sociais e a forma como a operacionalização nele se dá, alterando assim a lógica tradicional da configuração espacial. Para entender o espaço doméstico em seu sentido relacional é preciso entender a ação social, o fazer cotidiano desta relação sociedade-espaço e o sentido público e político da reprodução social.

Com a contribuição de Mello (2011) e os dados da Agência Brasil (2020), busca-se entender como o papel social do cuidado faz com que a (sobre)vivência das mulheres dentro do espaço doméstico se torne cada vez mais difícil, dado o aumento absoluto de 22% nos casos de feminicídio no Brasil entre março e abril de 2020⁸. As mulheres vivem um dilema diário: ou retomam suas rotinas e sofrem as possíveis consequências com a Covid-19 ou, por vezes, vivem no espaço doméstico relações marcadas pela opressão/agressão, então aqui “a palavra espaço tem o seu uso associado

⁸ Informações da Agência Brasil, disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-06/casos-de-feminicidio-crescem-22-em-12-estados-durante-pandemia>



indiscriminadamente a diferentes escalas, global, continental, regional, da cidade, do bairro, da rua, da casa e de um cômodo no seu interior” (CORRÊA, 2018, p.15).

O espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções [...] o espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente [...] de fato, o espaço não pode ser apenas um reflexo do modo de produção atual porque é uma memória dos modos de produção do passado. Ele sobrevive, pelas suas formas, à passagem dos modos de produção ou de seus momentos. (CAVALCANTE E LIMA, 2018, p. 153-182 apud SANTOS, 2008)

“[...] se trata de ‘problematizar a coletivização das tarefas, a ponto de transformá-las numa questão política’” (MELLO, 2011, p. 77 apud SILVEIRA, 2008), atingindo um nível insuportável de incômodo na atmosfera doméstica. As mulheres não só fazem parte da estatística do trabalho invisibilizado como são as principais vítimas da violência que bell hooks (2018) trata como violência patriarcal, enfatizando que essa atinge também as crianças. Ou seja, além das mulheres terem sofrido com a resignificação do espaço doméstico que escancara ainda mais o trabalho invisibilizado, que por consequência reforça as práticas machistas e internaliza esses trabalhos como sendo de obrigação da mulher, ela também está sendo mais agredida, mais violentada. O espaço da casa se tornou um cárcere para as mulheres, além de ser um espaço de opressão seja diante da violência explícita e/ou do trabalho invisibilizado não remunerado de cuidado e reprodução social.

Essa realidade reforça a importância de pensarmos a casa, o lar, o espaço doméstico como uma espacialidade relevante em nossas pesquisas, especialmente como objeto de estudo das Geografias Feministas, descaracterizando a visão dominante do lar (como “doce lar”) reproduzida pela geografia humanística - amparada na experiência do homem “universal”, visto que o lar pode ser (e é) um lugar de opressão patriarcal para mulheres e crianças. [...] As mulheres são as principais responsáveis pelas atividades ligadas aos cuidados domésticos e familiares. No Brasil, em 2016, as mulheres dedicaram aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos cerca de 73% a mais de horas do que os homens (18,1 horas contra 10,5 horas)⁹. (OLIVEIRA, 2020, p. 157)

⁹ **Nota de citação direta da autora** - “Ao desagregar por região, verifica-se que a maior desigualdade na distribuição de horas dedicadas a estas atividades está na Região Nordeste, onde as mulheres dedicam cerca de 80% a mais de horas do que os homens, alcançando 19 horas semanais. O recorte por cor ou raça indica que as mulheres pretas ou pardas são as que mais se dedicam aos cuidados de pessoas e/ou aos afazeres domésticos, com o registro de 18,6 horas semanais em 2016. Observa-se que o indicador pouco varia para os homens quando se considera a cor ou raça ou região de residência” (IBGE, 2018, p. 3). - (OLIVEIRA, 2020, p. 157)



Uma avaliação importante que podemos fazer nesse momento de pandemia é sobre os ataques aos direitos de pessoas precarizadas em suas relações de trabalho atingem diretamente as mulheres.

Sabe-se que nesse contexto de pandemia, os 39% dos empregadores de diaristas renunciaram ao serviço destas profissionais, sem, entretanto, manter o pagamento das diárias e isso é extremamente violento para as trabalhadoras domésticas, que no Brasil são cerca de 6,5 milhões, trabalhando para 11% das famílias brasileiras, que contam com o serviço de ao menos uma trabalhadora doméstica. (OLIVEIRA, 2020, p. 157)¹⁰

Logo, pensamos na precarização que vivem as mulheres negras, sobretudo nesse contexto atual. Gonzalez (1984, p.224) nos faz pensar sobre a “neurose cultural brasileira” que prevê a mulher em um “duplo fenômeno do racismo e do sexismo”, e que reforça o estereótipo da mulher negra doméstica. Gonzalez (1984, p. 203), quando fala sobre a doméstica, nos lembra que ela “nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas”. Mas Lélia Gonzalez também nos ensina que esse deslocamento da mulher negra de papel de objeto para sujeito do conhecimento é algo que marca a história do Brasil e sua formação social e cultural.

Esta pesquisa enseja, portanto, valorizar a contribuição de intelectuais negras como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, bell hooks e tantas outras na elaboração de uma leitura das relações domésticas que reconheça as desiguais relações entre os gêneros e intra-gênero.

METODOLOGIA

A pesquisa reflete sobre questões do cotidiano das mulheres e foca nos processos que resultam na sobrecarga de trabalho doméstico historicamente atribuído às mulheres negras, tema que se agravou significativamente na Pandemia. Assim, além de um debate conceitual sobre a casa enquanto tema de central relevância para as reflexões geográficas nesse momento, a pesquisa evidencia estatísticas que apoiam esta leitura, como aquelas que mensuram o tempo dedicado aos afazeres domésticos e de cuidado, por gênero e raça, no Brasil. Para tanto, a compreensão do espaço a partir de referências do pensamento

¹⁰ Nota da autora: A pesquisa indica também que 23% dos empregadores de diaristas e 39% dos patrões de mensalistas afirmaram que suas funcionárias continuam trabalhando normalmente, mesmo durante o período de quarentena. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/covid-19-39-dos-patroes-dispensaram-diaristas-sem-manter-o-pagamento> Acessado em 22 de abril de 2020.



feminista, como o de Massey (2004; 2008), Silva (2009) e Oliveira (2019; 2020), se somam à metodologia de Jesus et. al. (2018) que quantificam o tempo dedicado ao trabalho reprodutivo, considerando as desiguais relações de gênero, raça e classe. Neste debate sobre a invisibilidade do trabalho reprodutivo, realizado secularmente por mulheres, aparecem referências como Federici (2019) e Mello (2011), que tem ampliado a importância do lar enquanto espacialidade relevante à análise geográfica (Oliveira 2020; 2021).

Para além, a metodologia do artigo percorreu um caminho analítico com a intenção de gerar um encontro de questões geográficas que fossem capazes de traduzir a emergência e atualidade do assunto desenvolvido, pois é necessária a compreensão dos espaços domésticos como sendo lugares de reprodução de práticas sexistas e racistas, para que se entenda a situação da mulher negra, principalmente, no estado de subalternidade, submissão e perigo que vivenciam, fazendo com que seja trazido, principalmente, as temáticas de trabalho invisibilizado e não remunerado e violência contra a mulher.

REFERENCIAL TEÓRICO

A reflexão geográfica sobre a espacialidade da casa e a ênfase nas relações de poder que impactam a (sobre)vivência das mulheres no espaço doméstico em tempos pandêmicos são, portanto, assuntos urgentes e atuais (OLIVEIRA, 2020). A dimensão espaço-tempo não pode ser pensada separadamente, pois “tempo e espaço nasceram juntos. Torna-se realmente imperativo que conceitualizemos o mundo em termos de tempo-espaço” (MASSEY, 2004, p.18). “[...] o pleno entendimento da espacialidade envolve o reconhecimento de que há mais de uma história se passando no mundo e que essas histórias têm, pelo menos, uma relativa autonomia” (MASSEY, 2004, p.18).

O espaço sofre constantes alterações pelas relações sociais que ali se dão ao longo do tempo, pois é em função dele que a configuração de determinado espaço muda. Dentro deste raciocínio é que pensamos o espaço da casa como espacialidade relevante para uma análise corporificada da Geografia, enfatizando a sobrecarga histórica das mulheres, principalmente das mulheres negras.

Silva (2009) diz, por exemplo, que se entende o discurso científico como uma construção social quando assumimos uma postura para compreender de fato. O discurso social cria hierarquias dentro da comunidade científica e isso é uma forma de reforçar as



escalas de poder dentro desse seletivo grupo. Por um longo tempo, o campo de estudo geográfico não considerou as temáticas relacionadas a gênero e raça como sendo parte do saber geográfico, ou que não fosse de interesse da ciência.

A razão de suas ausências no discurso geográfico deve ser entendida pela legitimação naturalizada dos discursos hegemônicos de geografia branca, masculina e heterossexual, que nega essas existências e também impede o questionamento da diversidade de saberes que compõem as sociedades e suas mais variadas espacialidades. [...] A conquista da hegemonia do saber geográfico branco, masculino e heterossexual se dá pelas relações de poder que se praticam sobre o conjunto social. Contudo, os grupos subordinados são ativos e exercem um contrapoder à ordem estabelecida. O poder apresenta fissuras e implica múltiplos feixes de relações. Assim, a subordinação das pessoas ao discurso hegemônico se estabelece por meio de tensões, que desestabilizam a pretensa universalidade científica. Nessa perspectiva, emergiram as chamadas “geografias feministas”, desenvolvidas com o objetivo de desafiar a crença fundamentalista da universalidade do saber geográfico estabelecido, por meio da reivindicação de novas versões científicas que pudessem trazer para a visibilidade grupos sociais repudiados pelo conhecimento hegemônico. (SILVA, 2009, p. 26)

A pesquisa se baseia em reflexões das geografias feministas para justificar a problemática trazida para esse texto, pois, “negar a existência espacial dessas mulheres para assegurar o conforto da certeza do saber teórico sobre o espaço não seria consolidar mais uma forma de exclusão? Quais eram as geografias produzidas por elas que traziam elementos tão distintos de nossa tradição epistemológica?” (SILVA, 2016, p. 15).

Desse modo, em relação as reflexões de Mello (2011), para a mulher, a questão do trabalho invisibilizado é muitas vezes atribuído à maternidade, ligada ao cuidado e, portanto, socialmente lido como uma obrigação feminina, mesmo que silenciosa. Essa responsabilidade é tão “culturalmente naturalizada” em ser uma atribuição da mulher que as famílias que possuem melhores condições financeiras, contratam uma pessoa – outra mulher (por vezes mais pobre e mais negra) para fazer os trabalhos domésticos com baixa remuneração, perpetuando o ciclo de exclusão e desigualdade. A mulher contratada para trabalhar cuidando de uma casa ou família, além de mal remunerada, quando volta para sua casa, também está sujeita a executar a mesma função em sua própria casa, justamente por conta da cultura sexista, classista e racista que prevê e deposita essa obrigação na mulher mais pobre e mais negra, só que nesse caso, sem ser remunerada por isso.

Proporcionalmente, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. Aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras. (DAVIS, 2016, p.17)



As mulheres negras, grupo que ainda ocupa a base da pirâmide social, são as que ainda lideram o posto de empregada doméstica, justamente por estar na base. Ao mesmo tempo que direitos e necessidades básicas, como saúde e educação, são repetidas vezes negados a essas mulheres, elas ainda são as herdeiras das escravizadas que embora “desfrutassem de alguns duvidosos benefícios da ideologia da feminilidade, não raro presume-se que a típica escrava era uma trabalhadora doméstica – cozinheira, arrumadeira ou *mammy*¹¹ na “casa grande” (DAVIS, 2016, p. 18).

A ideia da dupla ou tripla (quando se inclui os estudos) jornada feminina se materializa no espaço doméstico, com a associação do trabalho profissional (remunerado) e o trabalho doméstico (não remunerado). No caso brasileiro, Jordana Jesus et al (2018) demonstram que as mulheres, após a infância, passam praticamente todo o curso de vida como transferidoras líquidas de tempo de trabalho doméstico não remunerado, enquanto os homens, ao longo de todo o curso de vida, apresentam-se como consumidores líquidos desse tipo de recurso, sempre consumindo mais do que produzindo.

A empregada doméstica, é um exemplo que revela essa relação de delegação do trabalho que envolve relações sociais raciais desiguais. A “dona da casa” que contrata a empregada é um segundo exemplo, porém, neste caso, de uma mulher que deseja sua emancipação, conquista e por isso, deve ser substituída, transferindo suas “funções domésticas” a uma outra mulher, “quer dizer, como Danda Prado já colocara ao escrever sobre o papel social de esposa, a mulher que queria – ou que necessita¹² - ter um emprego, precisava racionalizar seu tempo para conseguir cumprir a dupla jornada de trabalho, dentro e fora de casa” (MELLO, 2011, p. 66).

Para além disso, cabe refletir sobre as geometrias de poder (MASSEY, 2008) e sobre as desigualdades de gênero e raça presentes não só no espaço doméstico, mas nas

¹¹ As figuras evocadas são personagens de livros, filmes e canções que se tornaram parte do imaginário popular e passaram a personificar certos estereótipos. O nome Sambo é atribuído a um dos escravos de *A cabana do Pai Tomás* e também ao personagem do livro infantil britânico *The History of Litter Black Sambo*; na cultura popular dos Estados Unidos no século XIX, era usado como uma referência, carregada de conotações pejorativas, à figura do homem negro como preguiçoso, despreocupada e malandro, tentando se aproveitar de situações para enganar os brancos. Tia Jemima, por sua vez, vem de uma canção dos shows de variedades do século XIX (“Old Aunt Jemima”, de 1975) e, posteriormente, tornou-se uma marca comercial de produtos de café da manhã, razão pela qual a expressão passou a ser usada para se referir à cozinheira negra; já *mammy* designava as mulheres negras que se incumbiam das crianças, provendo-lhes todo o cuidado e saúde, higiene e alimentação e, eventualmente, realizando outras tarefas da casa; foi também nome de uma personagem do livro *E o vento levou...*, assim como o filme nele baseado. (N.T.)

¹² Friso pessoal



variadas escalas de análise geográfica, que reiteram as mulheres negras, principalmente, nas posições de submissão, além de diferentes modos de insurgir contra opressões machistas e racistas que ocorrem no lar, mas também nos espaços de trabalho, na rua ou no transporte público. Trata-se de trazer uma contribuição geográfica para a análise das questões de gênero, raça e de classe, que incidem na microesfera das relações pessoais e apontar para um tensionamento nos arranjos familiares de cuidado, trazendo o tema da divisão de tarefas no lar (trabalho não-remunerado) para o centro da vida pública e a casa para o centro da análise geográfica.

Essas reflexões abrem brecha para pensarmos as razões dessas temáticas que são relacionadas a gênero e raça terem demorado tanto para serem incorporadas aos saberes geográficos, ou que não fosse de interesse da ciência, e encontramos respostas no padrão de reflexão que em sua maioria era feita por um restrito grupo hegemônico de homens heterossexuais brancos. Esse padrão impedia que reflexões para além dos seus próprios cotidianos e vivências fizessem parte do seu campo de estudo. Entendem-se que quanto mais variada e diversa for a comunidade geográfica científica, mais temáticas e problemáticas serão incorporadas nos discursos geográficos. (SILVA, 2009)

Assim, a subordinação das pessoas ao discurso hegemônico se estabelece por meio de tensões, que desestabilizam a pretensa universalidade científica. Nessa perspectiva, emergiram as chamadas “geografias feministas”, desenvolvidas com o objetivo de desafiar a crença fundamentalista da universalidade do saber geográfico estabelecido, por meio da reivindicação de novas versões científicas que pudessem trazer para a visibilidade grupos sociais repudiados pelo conhecimento hegemônico. (SILVA, 2009, p. 26)

Como forma de solidificar os saberes a respeito das “geografias feministas”, houve geógrafas e geógrafos que passaram a produzir ciência que se pautaram nas temáticas das realidades sociais que fossem de seus entendimentos, construindo assim, novos saberes geográficos. As espacialidades são invadidas de sentido e corpos humanos cheios de problemáticas a serem tratadas de modo científico, *geografadas*. Ainda que seja necessário reconhecer que há pouco mais de uma década “o movimento feminista pouco influencia os pressupostos teóricos e metodológicos vigentes na geografia, sendo ainda uma perspectiva marginal e pouco expressiva no âmbito do discurso geográfico brasileiro” (SILVA, 2009, p. 26), não há dúvidas que a Geografia Feminista tem disputado o campo geográfico e sua historiografia recente.

Gênero e sexualidades se inserem definitivamente nas discussões científicas do final do século 20 e início do século 21, tornando visíveis suas geograficidades. [...] não há fazer científico desinteressado, e nosso empenho acadêmico é produzir uma Geografia brasileira capaz de trazer sujeitos



generificados, sexualizados e racializados para o centro do debate científico. (SILVA, 2016, p. 11-13)

As principais discussões acaloradas neste artigo foram acerca das proposições das reconfigurações espaciais, pensando agora em um cotidiano doméstico na pandemia e o quanto essa dinâmica de isolamento de parcelas da população afetou nosso entendimento sobre os espaços da casa, a utilização do espaço doméstico e agravou a violência contra a mulher. Para além, ficou evidente nas propostas de reflexões pensar os espaços de trabalhos invisibilizados que são executados por corpos que estão cansados de serem explorados. Espera-se ter contribuído para uma reflexão sobre a (sobre)vivência das mulheres nos espaços domésticos frente a uma realidade de pandemia.

A participação das mulheres nos movimentos feministas mostrou que as relações conduziam a relações não igualitárias em casa, no trabalho e na comunidade. [...] O feminismo, independente de seus matizes teóricos, é um projeto político comprometido com a mudança social orientado para conseguir a igualdade humana. E, nesse sentido, explicita as desigualdades de gênero, mostrando como as relações sociais são também atravessadas por relações desiguais entre homens e mulheres que contribuem para a subordinação destas, na sociedade. (SILVA, 1998, p. 106-107)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da revisão bibliográfica e do aprofundamento das leituras, emergiram eixos de análise que dizem respeito a) à desigual divisão do trabalho doméstico e à sobrecarga das mulheres, sobretudo as negras, no que tange às tarefas de cuidado e reprodução familiar; b) à violência (psicológica, financeira, física) vivenciada em casa, tanto a que atinge as mulheres quanto aquela violência que é reproduzida pelas próprias mulheres tendo por alvo principal as crianças; c) à falta de redes de apoio e de políticas sociais e institucionais voltadas ao cuidado; d) à ocupação dos espaços social e economicamente desvalorizados, como é o caso das empregadas domésticas.

A pesquisa se ampara nessa leitura da problemática, que combina dados estatísticos e revisão bibliográfica para pensar essa crise societária por meio de uma reflexão acerca da (sobre)vivência das mulheres, com ênfase na espacialidade da casa no período de pandemia. Há fatores que potencializam a crise societária que vivemos em meio à pandemia e isso fez com que a violência contra as mulheres e casos de feminicídio, por exemplo, subissem em 12 estados brasileiros, como o Acre, com aumento de 300%¹³.

¹³ Informações da Agência Brasil, disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-06/casos-de-feminicidio-crescem-22-em-12-estados-durante-pandemia>



Esse dado é importante para explicitar a relevância de pensar a espacialidade doméstica como relevante geograficamente.

Refletir sobre o agravamento da sobrecarga de trabalho das mulheres, principalmente mulheres negras, na pandemia, significa trazer a casa para o centro do debate geográfico por meio da valorização do trabalho reprodutivo e de cuidado. Pensar sobre a espacialidade da casa é uma forma de trazer as relações de gênero para a análise geográfica, entendendo a importância de repensar espaços pouco valorizados na história da geografia. As discussões se pautaram no embate geográfico sobre a espacialidade cotidiana e na centralidade do corpo da mulher como parte importante desta reflexão.

O principal resultado do artigo é o de reflexão sobre um espaço específico e na sua reconfiguração em meio a pandemia. Como esse espaço mudou e para quem ele mudou, trazendo mais uma problemática de gênero para dentro do debate espacial geográfico, entendendo a importância de repensar esses espaços.

As principais discussões se pautaram no embate geográfico sobre o espaço da casa e na maleabilidade em se pensar as variações do espaço doméstico com base na ciência geográfica, trazendo o corpo da mulher como parte dessa reflexão. Para além, é importante que se reflita sobre o sistema de opressão que envolvem gênero, raça, classe e outras interseções não só no espaço doméstico, mas nas infinitas variações do espaço, já que tal sistema opera também nos espaços de trabalho, nos espaços de circulação, e em todos esses espaços mulheres vivenciam um cotidiano de temor da violência verbal, física, psicológica e sexual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que o espaço geográfico é o objeto de estudo da geografia, mas também compreendemos que “uma realidade se modifica constantemente e para conhecê-la precisamos fazer

recorte” (SILVA, 1998, p. 105), pois quando fazemos um recorte de uma determinada realidade, conseguimos compreendê-la melhor.

A COVID-19 ficará marcada na história, e esta marca servirá para reconfigurar nosso entendimento e compreensão sobre o espaço, dentro de um tempo. As dinâmicas



sociais, a forma de habitar/compartilhar o espaço, o modo como aproveitar o tempo, tudo foi alterado, forçosamente, pela pandemia da COVID-19.

A sociedade se forma e molda através de relações que acontecem no espaço. Tudo vai mudando conforme o tempo, logo, a sociedade se constitui através do espaço e do tempo. O tempo é um fator fundamental para se entender a configuração do espaço. É importante justificar, ainda, a importância de temáticas e reflexões de espaços antes negligenciados. Entender de onde vêm as motivações para refletir o espaço doméstico, por exemplo. Ratificar a substancial contribuição das geografias feministas que abrem e dão importância para esse tipo de debate, sendo de inteira importância geográfica debatê-lo, repensá-lo, reformulá-lo, (re)configurá-lo. Os corpos das mulheres importam e diante da pandemia que vem devastando o Brasil, é fundamental pensarmos nas adicionais violências às quais esses corpos vêm sendo submetidos por conta do reforço de práticas patriarcalistas que ainda hierarquizam o gênero, além das medidas sanitárias de segurança, que contribuem para encerrar ou violentar os corpos das mulheres em espaços que já não lhes cabem mais.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTE, Leandro. Vieira.; LIMA, Luiz. Cruz. **Epistemologia da Geografia e espaço geográfico: a contribuição teórica de Milton Santos**. Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 22, n. 1, p. 061-075 mês. 2018. ISSN 2179-0892.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço: um conceito-chave da Geografia**. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). Geografia: Conceitos e Temas. 18°. ed. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Bertrand Brasil, 2018. p. 15-47. ISBN 978-85-286-0545-7.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016, 244p.

DOSSIÊ Mulher 2020. In: MENDES, Adriana Pereira *et al*, (org.). **Dossiê mulher 2020**. 15. ed. Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública, 2020. Disponível em: http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/uploads/DossieMulher2020.pdf. Acesso em: 28 maio 2021.

FEDERICI, Silvia. Teorizando e politizando o trabalho doméstico. In: **O ponto zero da revolução: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. 1°. ed. rev. São Paulo: Elefante, 2019. cap. 1, p. 40-114. ISBN 978-85-93115-26-4.

GONZALEZ, L. **Racismo e Sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências



Sociais Hoje, Anpocs, p. 223-244, 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

JESUS, Jordana Cristina de *et al.* **Trabalho doméstico não remunerado no Brasil: uma análise da produção, consumo e transferência**. Anais do XXI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, [S. l.], p. 1-23, 2018. XXI Encontro Nacional de Estudos Populacionais.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Tradução Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312p.

_____. **Filosofia e Política da espacialidade: algumas considerações**. GEOgraphia, v. 6, n. 12, p. 7-23, 2004.

MELLO, Soraia Carolina de. **Uma profissão invisível: dona de casa (1970-1989)**. PERSEU: Dossiê mulheres: esquerdas, política e trabalho, [s. l.], ano 5, n. 7, p. 59-83, 12 jun. 2011. Disponível em: <http://revperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/115>. Acesso em: 26 maio 2021.

OLIVEIRA, Anita Loureiro de. **A espacialidade aberta e relacional do lar: a arte de conciliar maternidade, trabalho doméstico e remoto na pandemia de Covid-19**. Rev. Tamoios: Especial COVID-19, São Gonçalo (RJ), ano 16, n. 1, p. 154-166, maio 2020. DOI 1980-4490. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/50448>. Acesso em: 7 jun. 2021.

_____. **Geografias corporificadas: Outras narrativas da vida na metrópole**. In. OLIVEIRA, Anita Loureiro de, SILVA, Catia Antonia da. **Metrópole e crise societária: Resistir para existir**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019

_____. **Corpo, espacialidade e maternagem**. Trilha para uma geografia corporificada. Revista da ANPEGE, [s. l.], v. 17, n. 32, p. 217-243, 5 jul. 2021.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

SILVA, Joseli Maria. **Fazendo geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades**. In: SILVA, Joseli Maria (org.). **Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidade**. Ponta Grossa (PR): TODAPALAVRA, 2009. p. 25-53. ISBN 978-85-62450-01-3. Disponível em: <https://www.todapalavraeditora.com.br/wp-content/uploads/2019/04/E-book.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2021.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; JUNIOR, Alides Baptista C. Sobre as desobediências epistemológicas e o testamento intelectual de Milton Santos. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; JUNIOR, Alides Baptista C. (org.). **Geografias**



XIV ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM

GEOGRAFIA

5ª EDIÇÃO ONLINE

10 À 15 DE OUTUBRO DE 2021

ISSN: 2175-8875

feministas e das sexualidades: encontros e diferenças. Ponta Grossa (PR):
TODAPALAVRA, 2016. p. 13-30. ISBN 978-85-62450-47-1.

SILVA, Susana Maria Veleda da. **Geografia e Gênero / Geografia Feminista - O que é isto?** Boletim Gaúcho de Geografia, Porto Alegre, RS, Brasil, ed. 23, p. 7-144, Março 1998.